



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

CÂMARA TÉCNICA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTINS /CERH

Ata da reunião CTINS/CERHnº17/2025

No dia 07 de novembro de 2025, às 09:30, realizou-se no formato híbrido, por meio da plataforma Zoom, a 16ª Reunião da Câmara Técnica dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos – CTINS/CERH. De início, o Coordenador da CTINS/CERH, Sr. Tiago Bacovis, procedeu a abertura da 17ª Reunião dessa Câmara Técnica, passando em seguida a palavra para o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da Silveira, realizar a chamada nominal dos presentes, sendo registrada a presença dos seguintes membros: Sr. Tiago Bacovis - Coordenador da CTINS/CERH e representante do Instituto Água e Terra (IAT); Sr. Carlos Henrique Boscardin Naujack (SETI); Sr. Milton Luiz Brero de Campos (AMEP); Sr. Paulo Aparecido Pizzi (MATER NATURA); Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED); Sr. Paulo Quintiliano Moura (FIEP); Sra. Andreia Aparecida de Oliveira (CBH TIBAGI) e o Sr. Nicolás Lopardo (SANEPAR); também participaram da reunião, pela Assessoria da Secretaria executiva do CERH, a Sra. Valéria Santana Santos; e a Sra. Bianca Olischevis e Sra. Danielle Teixeira Tortato, ambas servidoras da Gerência de Bacias Hidrográficas do Instituto Água e Terra - GEBH/DISAR/IAT. Verificada a conformidade com o art. 22 do Regimento Interno do CERH, que exige a presença de, no mínimo, metade dos membros da Câmara Técnica para legitimar a abertura dos trabalhos, e constatada a participação de 8 dos dez representantes titulares da CTINS, deu-se início às atividades técnicas da reunião. Em seguida, o Coordenador da CTINS deu prosseguimento ao item 3 da pauta, referente à aprovação da Ata da Reunião CTINS/CERH nº16/2025, propondo a dispensa de leitura tendo em vista o envio prévio do documento a todos os membros. A ata foi colocada em votação e, não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. Passando ao item 4 da pauta, referente à análise das sugestões de complementação ou retificação do Manual de Operações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, o Coordenador Thiago Bacovis ressaltou que já foram realizadas diversas reuniões anteriores e manifestou a expectativa de que, na presente reunião, fosse possível chegar aos encaminhamentos finais. Destacou que havia dois pontos principais a serem discutidos: primeiramente, algumas sugestões pontuais recebidas que não haviam sido incorporadas em nenhum item do documento; e, em seguida, a contribuição do conselheiro Carlos Naujack (SETI) referente ao Formulário do Plano de Trabalho e Plano de Aplicação adaptado ao Manual de Operações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Mencionou, ainda, a necessidade de discutir se o referido formulário permaneceria como anexo. Por fim, solicitou ao Secretário Executivo Sr. Alex Justus da Silveira, que complementasse sua fala



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

caso alguma consideração tivesse sido omitida. Nesse sentido, o Sr. Alex Justus da Silveira esclareceu que as considerações objeto de solicitação de retificação na reunião anterior foram devidamente registradas na última versão do Manual, já encaminhada a todos os membros. Informou que entre as alterações incorporadas está a sugestão apresentada pela conselheira Danielle Teixeira Tortato, referente à substituição do termo “apreciação” por “aprovação” no item relativo ao Plano de Aplicação. Destacou, ainda, que permanecem pendentes algumas sugestões pontuais apresentadas de forma isolada ao longo do texto, as quais deverão ser adequadamente enquadradas nos itens do Manual conforme a pertinência temática. Acrescentou, também, que a Secretaria de Estado da Educação encaminhou um documento complementar por e-mail, o qual foi repassado a todos os membros na semana anterior, com o objetivo de promover o nivelamento de informações e possibilitar a discussão do tema na presente reunião. Na sequência, o Coordenador, Sr. Thiago Bacovis, manifestou concordância e questionou os membros sobre a melhor forma de conduzir os trabalhos, indagando se seria mais apropriado iniciar pela contribuição do Sr. Carlos ou pela análise das sugestões gerais. O Sr. Alex Justus da Silveira sugeriu que a reunião fosse iniciada pela apreciação das sugestões encaminhadas pela SEED, as quais haviam ficado pendentes da reunião anterior. Em seguida, propôs que fosse analisada a sugestão relativa ao formulário apresentado pela SETI. Por fim, recomendou que fossem avaliadas as sugestões pontuais ainda não incorporadas nos itens propostos no Manual, de modo a integrá-las nos itens do Manual conforme suas correspondências temáticas. O Coordenador, Sr. Thiago Bacovis, questionou se o Sr. Alex possuía algum documento a ser compartilhado na tela, sendo em seguida compartilhado o material que trata da contribuição encaminhada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED). Ato contínuo a Sra. Maria Cristina Bittencourt passou a apresentar os principais apontamentos e justificativas das sugestões de complementação ao texto do Manual, destacando que a Secretaria de Estado da Educação (SEED) ainda possui uma atuação tímida no campo da educação ambiental. Ressaltou a importância de avançar com projetos significativos no âmbito das escolas públicas estaduais, de modo a efetivar o disposto no Decreto nº 11.300, que instituiu o Programa Estadual de Educação Ambiental. Explicou que, diante da necessidade de cumprir a legislação e contribuir para o avanço social por meio da educação, a SEED elaborou e encaminhou sugestões de alteração ao Manual de Utilização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, com o intuito de possibilitar a participação da Secretaria no acesso a recursos do Fundo, visando subsidiar ações e projetos educacionais voltados à temática ambiental. Afirmou que, atualmente, a SEED não dispõe de verba própria destinada à execução de projetos de educação ambiental e, portanto, as sugestões encaminhadas têm por objetivo permitir que, em algum momento, a Secretaria possa pleitear apoio financeiro complementar, sem que



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

isso represente dependência integral dos recursos do Fundo. Relatou ainda que não pôde participar das reuniões anteriores em razão da realização da Feira de Cultura Científica “Paraná Faz Ciência”, encerrada recentemente, a qual contou com a apresentação de mais de 300 trabalhos, sendo a grande maioria voltada à educação ambiental, com destaque para temas relacionados à água e recursos hídricos. Na sequência, apresentou a primeira proposta de alteração no Manual, referente à inclusão de um novo inciso no item que trata dos objetivos, com o seguinte texto: “Fomentar a educação ambiental como ferramenta estratégica e contínua para a revitalização e conservação dos corpos hídricos, promovendo o engajamento social e a apropriação das ações pelas comunidades, em consonância com as diretrizes do Plano Estadual de Educação Ambiental do Paraná”. Ato contínuo o Sr. Nicolas Lopardo questionou se a proposta implicaria a substituição do texto já existente no item anterior, que trata do fortalecimento da educação ambiental e da participação social. A Sra. Maria Cristina esclareceu que a intenção não é substituir o texto vigente, mas adicionar o novo inciso, de modo a reforçar o papel estratégico da educação ambiental como ferramenta contínua de sensibilização e engajamento, especialmente diante das emergências climáticas que impactam diretamente os recursos hídricos. Pontuou que a proposta busca fortalecer tanto a educação ambiental formal, conduzida pela SEED, quanto as ações não formais, desenvolvidas por outros órgãos e pela sociedade civil. Citou, como exemplo, a atuação das escolas estaduais em projetos de proteção de nascentes, mencionando inclusive a solicitação anterior de informações geográficas de uma nascente cadastrada no sistema de controle, enviada pela conselheira Danielle Teixeira Tortato. Em seguida, a conselheira Danielle Teixeira Tortato, manifestou-se reconhecendo a importância da educação ambiental, mas questionou se a ampliação das ações da SEED no âmbito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos não poderia gerar sobreposição de competências com o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), que já contempla projetos dessa natureza. O Sr. Alex Justus da Silveira esclareceu que não há impedimento legal para tal inclusão, considerando que se trata de uma nova fonte de financiamento voltada ao mesmo propósito, o que amplia as possibilidades de apoio a iniciativas de educação ambiental. Em seguida a Sra. Maria Cristina Bittencourt apresentou a segunda proposta de modificação, sugerindo a inclusão de um novo critério no item 4 – Critérios de Elegibilidade e Priorização, a saber: “Potencial de transformação social e sustentabilidade da ação.” Justificou que esse critério visa valorizar projetos que contemplem componentes robustos de educação ambiental, planejados para garantir a compreensão, o engajamento da comunidade e a sustentabilidade dos resultados após a conclusão dos projetos, especialmente nas ações de revitalização e recuperação de recursos hídricos. Explicou que essa proposta está em consonância com o trabalho desenvolvido pelos Clubes de Ciências,



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

recentemente incorporados à rotina pedagógica das escolas estaduais. Relatou que esses clubes recebem financiamento da Fundação Araucária para itens de consumo e recursos da SEED no valor de R\$ 20.000,00 por grupo para aquisição de itens permanentes. Entretanto, destacou que, para a execução de atividades práticas, como a proteção de nascentes, os clubes dependem de recursos das APMFs (Associações de Pais, Mestres e Funcionários), o que limita a abrangência das ações. Assim, o acesso a recursos do Fundo poderia oferecer suporte adicional para fortalecer essas iniciativas. Por fim, apresentou a terceira proposta, referente ao item 5 – Hierarquização, sugerindo a inclusão de um parágrafo que preveja: “Para propostas cujo escopo principal ou componente estratégico relevante seja a Educação ambiental, a análise técnica deverá, preferencialmente, contar com parecer de uma comissão de avaliação específica, a ser designada, ou de especialistas na área, a fim de garantir o mérito pedagógico e a aderência da proposta aos objetivos do Fundo e ao Programa Estadual de Educação Ambiental.” Encerrando sua explanação, a Sra. Maria Cristina afirmou que as três contribuições apresentadas têm como objetivo reforçar a integração entre as políticas públicas de educação e meio ambiente, promovendo o engajamento social e a sustentabilidade das ações voltadas à gestão e à conservação dos recursos hídricos no Estado. Na sequência, o Sr. Nicolás Lopardo, manifestou dúvida quanto à proposta de tornar obrigatória a inclusão da educação ambiental como “componente indissociável” das soluções financiadas pelo Fundo, argumentando que, embora a integração entre as ações técnicas e educativas seja desejável, a obrigatoriedade poderia inviabilizar algumas propostas. A Sra. Maria Cristina esclareceu que a intenção não seria restringir a aplicação dos recursos, mas sim garantir que as ações contemplem um componente educativo, ainda que não vinculado ao ambiente escolar, podendo ocorrer por meio de atividades informais junto à comunidade. O Sr. Nicolás concordou com a importância da abordagem educativa, sugerindo, contudo, que o termo seja ajustado para “preferencialmente associado à solução”, evitando a obrigatoriedade. A Sra. Daniela e outros membros manifestaram concordância, reforçando que a redação deveria valorizar iniciativas que integrem a educação ambiental, sem comprometer a viabilidade de propostas essencialmente estruturais. Após consenso entre os presentes, foi acordada a alteração da redação do trecho para: “através da educação ambiental, como componente preferencialmente associado à solução.” Em continuidade, o grupo discutiu a proposta de criação de novo item no tópico “Objetivos” do Manual, observando que já existia um inciso com conteúdo semelhante sobre o fortalecimento da educação ambiental e participação social. Foi sugerida a harmonização das redações em um único texto consolidado, de forma a evitar redundâncias. Por fim, o Sr. Nicolas Lopardo, fez considerações sobre a proposta de criação de uma análise especializada para projetos de educação ambiental. Destacou que,



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

embora o tema seja relevante, a adoção de uma comissão técnica específica poderia demandar estrutura adicional e criar precedentes para outras áreas, como hidráulica e hidrologia. A Sra. Daniela foi mencionada para avaliação da viabilidade dessa sugestão, e destacou que, embora compreenda a preocupação da SEED quanto à necessidade de qualificação técnica nas análises, entende que a criação de comissões ou equipes especializadas para cada tema seria inviável. Ressaltou que a estruturação de grupos específicos para diferentes áreas, a exemplo da educação ambiental, hidráulica e hidrologia, implicaria em maior burocracia, redução da celeridade e dificuldades de agenda, especialmente considerando o volume esperado de propostas a serem submetidas ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FHRI). Informou que o posicionamento da Diretoria é pela manutenção de uma comissão técnica interna e de caráter multidisciplinar, a fim de garantir agilidade e padronização na análise dos projetos, preservando o foco principal do Fundo, que é o fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Destacou, ainda, que a criação de múltiplas comissões externas poderia comprometer a operacionalização do processo, considerando o cronograma apertado e as responsabilidades das instituições envolvidas. A Sra. Maria Cristina (SEED) concordou com as ponderações apresentadas, manifestando concordância com a retirada da proposta de criação de equipe especializada para análise de projetos de educação ambiental, reconhecendo que sua sugestão partiu de uma visão setorial e que compreende a necessidade de priorizar a operacionalidade do sistema. O Sr. Nicolás complementou observando que o grupo vem promovendo um processo contínuo de aprimoramento do Manual de Operações e que algumas propostas, embora relevantes, poderão ser reavaliadas em revisões futuras, à medida que o sistema se consolide e o Instituto Água e Terra (IAT) disponha de maior estrutura. Citou como exemplo a possibilidade de, futuramente, serem elaborados editais específicos para projetos de educação ambiental, o que no momento não se mostra viável diante da opção pelo fluxo contínuo de análise. O Sr. Nicolas Lopardo esclareceu, ainda, que havia realizado ajustes no texto do inciso V, mantendo a redação original como base, mas incorporando insights e contribuições apresentadas pela Sra. Maria Cristina (SEED), especialmente quanto à inserção do termo “*Metodologia Transversal de Inovação e Impacto*” no trecho referente à educação ambiental. Ressaltou que o objetivo foi preservar o conteúdo essencial do texto original, aprimorando a redação com as sugestões recebidas. A Sra. Maria Cristina manifestou concordância com a nova redação, considerando-a adequada e equilibrada. Na sequência, a Sra. Andreia Aparecida (CBH TIBAGI) destacou uma observação de natureza terminológica, sugerindo a substituição do termo “conscientização” por “sensibilização ambiental”, uma vez que, em experiências municipais, a abordagem de “conscientização” vem sendo aplicada apenas à educação infantil, enquanto nas demais faixas etárias o foco é



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

206 promover a sensibilização e a mudança de atitudes. A Sra. Maria Cristina explicou
207 que o termo “conscientização” ainda é utilizado no ensino fundamental I, mas não
208 se opôs à alteração, concordando em adotar a expressão proposta. Após breve
209 discussão, o Sr. Alex Justus da Silveira, propôs harmonizar as sugestões e
210 incorporar a palavra sensibilização no contexto da frase, culminando com a
211 seguinte redação: “sensibilização, conscientização e engajamento da sociedade”.
212 A proposta foi acolhida por todos os presentes. Não havendo manifestações
213 contrárias, o texto final do inciso V foi aprovado, assim como os critérios de
214 priorização relativos aos projetos de educação ambiental. Em seguida, o
215 coordenador Thiago Bacovis passou à análise do documento encaminhado pelo
216 Sr. Carlos Henrique Boscardin (SETI), relativo à proposta de Formulário do Plano
217 de Trabalho e de Aplicação a integrar o Manual de Operações do FRHI como
218 Anexo. De acordo com o Carlos Naujack, o anexo propõe campos padronizados
219 para informações sobre o projeto, instituições envolvidas, equipe técnica,
220 justificativa, objetivos, metodologia, impactos, riscos e plano de aplicação dos
221 recursos, incluindo etapas de execução, cronograma e controle interno, em
222 conformidade com as normas orçamentárias e do TCE-PR. O Sr. Carlos Henrique
223 Boscardin destacou que, no Fundo Paraná, a prestação de contas é feita pelo
224 Sistema Integrado de Transferências do TCE-PR, sugerindo avaliar a adoção
225 desse mesmo sistema ou então de outro sistema equivalente para o FRHI.
226 Reforçou a necessidade de definir, com o IAT e demais gestores, as despesas
227 passíveis de financiamento, como diárias, passagens, serviços técnicos, bolsas e
228 equipamentos. Enfatizou que o modelo tem caráter orientativo e pode ser ajustado
229 conforme a estrutura do FRHI, visando evitar burocracia excessiva. Concluiu que
230 o anexo aprimorará o controle, a transparência e a avaliação das propostas. Após
231 a apresentação, o coordenador Thiago Bacovis abriu espaço para manifestações.
232 A Sra. Danielle Teixeira Tortato destacou que o modelo apresentado era
233 abrangente e tecnicamente consistente, porém considerou que o formulário
234 poderia tornar-se extenso e complexo em sua aplicação prática, sugerindo a
235 simplificação de alguns campos especialmente aqueles relacionados à
236 discriminação de itens de despesa, como passagens e bolsas. O Sr. Carlos
237 Henrique Boscardin reconheceu a pertinência da observação, destacando que o
238 modelo utilizado pelo Fundo Paraná foi aprimorado ao longo dos anos e poderia
239 ser ajustado e simplificado conforme a estrutura e o estágio atual do FRHI.
240 Ressaltou, no entanto, a importância de manter o cronograma físico-financeiro,
241 ainda que de forma resumida, pois ele é essencial para o acompanhamento
242 técnico e financeiro, bem como para a prestação de contas semestral dos projetos.
243 A Sra. Danielle Teixeira Tortato concordou quanto à relevância do instrumento,
244 reforçando que ele contribui para a transparência da execução dos projetos e para
245 a clareza no acompanhamento das ações financiadas pelo Fundo. O coordenador
246 Thiago Bacovis sugeriu que a Sra. Danielle e o Sr. Carlos realizassem, em



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

247 momento oportuno, uma reunião para consolidar a versão final do anexo, a fim de
248 otimizar o tempo da reunião. Ambos concordaram com o encaminhamento, e o
249 Sr. Carlos se comprometeu a apresentar uma versão preliminar preenchida na
250 próxima reunião, a fim de facilitar a visualização e compreensão dos campos do
251 formulário. Encerrada essa etapa, o coordenador Sr. Thiago Bacovis agradeceu
252 as contribuições e propôs seguir com o próximo item da pauta, relativo às
253 sugestões pontuais (“aleatórias”) de ajustes no texto do Manual. Em seguida, o
254 Sr. Alex Justus da Silveira iniciou a apresentação do documento consolidado com
255 as sugestões pendentes, incluindo as observações marcadas em destaque. Antes
256 do início da análise, a Sra. Danielle Teixeira Tortato solicitou o retorno ao item dos
257 critérios de priorização, apontando que o objetivo central do Fundo é o
258 fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e
259 que esse objetivo não estava expressamente refletido entre os critérios
260 aprovados. Propôs, portanto, a inclusão de um novo critério com essa redação, a
261 ser incorporado no início da lista. O Sr. Alex Justus da Silveira apoiou a proposta
262 e sugeriu que o item fosse posicionado como primeiro critério, em razão de seu
263 caráter legal e norteador do uso dos recursos do FRHI. A Sra. Maria Cristina
264 observou que, para evitar inconsistências, seria necessário ajustar a redação do
265 segundo critério, que atualmente indicava ser “o de maior peso”, propondo a
266 retirada dessa expressão. Após breves considerações, o coordenador Sr. Thiago
267 Bacovis colocou a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade a
268 inclusão do novo critério como primeiro item de priorização, bem como a
269 supressão da expressão “Este é o critério de maior peso” no item subsequente.
270 Na sequência o Sr. Alex Justus apresentou três outras sugestões destacadas em
271 amarelo no documento também relativas a ajustes redacionais e sugestões
272 pontuais a serem incorporados nos itens do Manual. O coordenador Sr. Thiago
273 Bacovis sugeriu que o primeiro item — referente à disponibilização pública das
274 informações sobre projetos financiados com recursos do Fundo — fosse
275 realocado para o final do Manual, em seção anterior ao anexo. A Sra. Danielle
276 Teixeira Tortato, concordou com a proposta, e o Sr. Alex ponderou que o conteúdo
277 poderia também ser integrado ao item sobre atendimento a dúvidas, considerando
278 que as informações e esclarecimentos estariam disponíveis na página oficial do
279 Fundo. Após breve discussão, decidiu-se que o item seria mantido na parte final
280 do documento, reforçando o compromisso com a transparência e a publicidade
281 das informações. Quanto às demais sugestões, a Sra. Danielle Teixeira Tortato
282 propôs inseri-las na seção referente às obrigações do proponente, com ajustes de
283 redação para adequação ao texto vigente. Indicou, por exemplo, a substituição do
284 ponto final após a expressão “bens a serem adquiridos” por vírgula, a fim de
285 permitir a continuidade da frase e inclusão do novo trecho sobre discriminação e
286 execução dos bens de modo compatível com o interesse público e a avaliação
287 pela comissão responsável. Os membros concordaram com a proposta, ficando



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

os ajustes incorporados ao texto consolidado do Manual. Após o encerramento da análise das sugestões pontuais (“aleatórias”) e a consolidação das alterações propostas pela Sra. Danielle Teixeira Tortato, cuja redação foi complementada para assegurar a destinação dos materiais e equipamentos adquiridos no âmbito dos projetos a instituições vinculadas à administração pública ao término da execução, o Coordenador Thiago Bacovis retomou o debate sobre a composição da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos, pendente da reunião anterior. Recordou que havia sido proposta a inclusão de dois representantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) na comissão, inicialmente prevista apenas com servidores do IAT. O conselheiro Paulo Pizzi reforçou a importância da ampliação, destacando que a presença do Conselho aumenta a celeridade, transparência e legitimidade na análise e acompanhamento dos projetos financiados pelo Fundo. Defendeu a composição com cinco servidores do IAT e dois representantes do Conselho — um da sociedade civil e outro do segmento de usuários —, garantindo maior diversidade e participação social. O coordenador ponderou que a definição dos segmentos e das indicações deve ser deliberada pelo plenário do CERH, evitando restringir escolhas no texto do Manual. O Sr. Paulo Pizzi observou, contudo, que a falta de especificação poderia reduzir a diversidade, concentrando as indicações no poder público. A conselheira Sra. Andreia Aparecida (CBH TIBAGI) apoiou a manifestação, ressaltando a necessidade de manter a paridade e pluralidade de segmentos no âmbito da comissão. O coordenador Thiago Bacovis destacou a sugestão do Sr. Alex Justus, no sentido de que os representantes indicados pelo Conselho possuam formação técnica ou experiência compatível com a temática dos projetos, de modo a assegurar uma atuação qualificada e contributiva. Após as manifestações, o coordenador colocou a proposta em votação, nos seguintes termos: “A Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos será composta por cinco servidores do IAT e dois representantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sendo um do segmento de usuários e outro do segmento da sociedade civil organizada.” A proposta foi aprovada por unanimidade, com anuência dos participantes quanto à possibilidade de inclusão de requisito técnico no texto final, conforme sugestão apresentada. Após as manifestações e votações anteriores, o coordenador Sr. Thiago Bacovis registrou a manifestação de concordância do Sr. Carlos Boscardin (SETI), totalizando quatro votos favoráveis à proposta de composição da Comissão de Avaliação com cinco servidores do IAT e dois representantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sendo um do segmento de usuários e outro da sociedade civil organizada, acrescida da exigência de formação ou experiência na área de gestão de recursos hídricos. Na sequência, o coordenador colocou em apreciação a segunda proposta, que previa apenas cinco servidores do IAT e dois representantes indicados pelo Conselho, sem definição de segmentos. Não havendo manifestações contrárias, foi aprovada a primeira



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

329 proposta, conforme redação apresentada na tela. Registraram abstenção de voto
330 o Sr. Paulo Quintiliano Moura, representante da FIEP, e do Sr. Nicolás
331 (SANEPAR), que justificou sua abstenção considerando a orientação interna da
332 empresa no tocante à composição das comissões e à celeridade dos processos.
333 O coordenador Thiago Bacovis passou a palavra ao Sr. Alex Justus, que registrou
334 a sugestão de incorporação ao texto do tema pagamento por serviços ambientais
335 proposta pelo Sr. Luiz Arthur (CEDEA) no contexto dos eixos temáticos do FRHI.
336 Em resposta, a Sra. Danielle Teixeira Tortato ponderou que, embora o PSA seja
337 relevante e o Estado esteja estruturando um programa próprio em parceria com a
338 ANA, sua inclusão no Manual não seria adequada no momento devido ao alto
339 custo e longo prazo dos programas; à atual limitação orçamentária do Fundo, após
340 a retirada dos royalties de Itaipu; e à necessidade de priorizar ações diretas de
341 gestão e recuperação hídrica. Acrescentou que o IAT trabalha na criação de novas
342 fontes de financiamento específicas para o PSA, junto a instituições federais e
343 organismos internacionais. O Sr. Nicolás (SANEPAR) questionou se a exclusão
344 do tema se devia a incompatibilidade com os objetivos do Fundo. A Sra. Danielle
345 esclareceu que a limitação é financeira e operacional, reforçando que o PSA deve
346 ser tratado em instrumento próprio. Diante das explicações, Sr. Nicolás concordou
347 com a retirada da proposta. Encerrada a pauta da ordem do dia o Sr. Tiago
348 Bacovis encaminhou a reunião para os Assuntos Gerais, informando que ainda
349 ocorrerão reuniões complementares para ajustes finais do Manual, e que a Sra.
350 Danielle se reunirá com o Sr. Carlos para tratar de adequações pontuais. Nos
351 assuntos gerais, o conselheiro Paulo Pizzi ressaltou a necessidade de esclarecer,
352 no Manual, as responsabilidades pela análise das prestações de contas, propondo
353 incluir uma breve descrição do fluxo processual, das etapas de análise e
354 apreciação pelo Conselho. A sugestão foi acolhida pelos demais membros. O Sr.
355 Alex Justus da Silveira informou que a Secretaria Executiva ficará responsável
356 pela compilação e formatação final do documento, incorporando todas as
357 contribuições, inclusive o formulário proposto pela SETI. O texto consolidado será
358 encaminhado aos membros da CTINS até o início da próxima semana para
359 análise final pelos membros e posterior deliberação em reunião a ser definida. O
360 coordenador agradeceu as contribuições e confirmou o encaminhamento
361 proposto. O conselheiro Sr. Paulo Quintiliano Moura (FIEP) divulgou a 2ª Edição
362 do Encontro Paranaense de Meio Ambiente, Indústria e Sustentabilidade, a ser
363 realizado em 2 de dezembro, destacando o Painel de Recursos Hídricos, com
364 participação da Sra. Danielle Teixeira Tortato, Alexandre Vilela (FIESP), Márcia
365 Pecini da (LAR) e Isabela Abraham (Ambev), sob moderação de Guilherme Daniel
366 (C. VALE). O evento também abordará questões como o licenciamento ambiental,
367 economia circular e mudanças climáticas, além da assinatura de termo de
368 cooperação entre Sesi, SEDEST, Fundação Araucária e BRDE, e a cerimônia de
369 outorga do Selo Clima Paraná. O Sr. Alex Justus colocou-se à disposição para

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

370 divulgar o convite entre os membros do CERH. Na sequência, o coordenador
371 informou sobre o andamento do Grupo de Trabalho de Águas Subterrâneas,
372 coordenado por Herman Vargas da Silva, que solicitou prorrogação de prazo para
373 conclusão dos trabalhos, devido à complexidade técnica e à necessidade de maior
374 alinhamento entre as instituições. Até o momento, o grupo realizou seis reuniões.
375 Não havendo outras manifestações, o coordenador agradeceu a presença de
376 todos e encerrou a reunião, desejando um bom final de semana.